

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO IFES CAMPUS IBATIBA

FELIPE ALEXANDRE LIMA FERNANDES DOS SANTOS

2016



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUIÇÃO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DO IFES CAMPUS IBATIBA**

FELIPE ALEXANDRE LIMA FERNANDES DOS SANTOS

Sob a orientação do professor
Dr. João Batista Rodrigues de Abreu

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Ciências**, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Maio de 2016**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237e SANTOS, FELIPE ALEXANDRE LIMA FERNANDES DOS, 1979-
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA REDE FEDERAL DE
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REFLEXÕES SOBRE A IMPLANTAÇÃO
DO IFES CAMPUS IBATIBA / FELIPE ALEXANDRE LIMA
FERNANDES DOS SANTOS. - 2016.
32 f.

Orientador: João Batista Rodrigues de Abreu.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2016.

1. educação profissional. 2. expansão educacional.
3. interiorização. 4. políticas públicas. I. Abreu,
João Batista Rodrigues de, 1955-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA III.
Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

FELIPE ALEXANDRE LIMA FERNANDES DOS SANTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24/05/2016.

Prof.Dr. João Batista Rodrigues de Abreu (UFRRJ)

Prof.Dr. Gabriel de Araújo Santos (UFRRJ)

Prof.Dr. Delci de Deus Nepomuceno (ESALQ – USP)

Aos meus pais, Cleide e Roberto, pelo incentivo e pela educação que me ofertaram, aos meus avós Santa e José Batista de Lima, *in memoriam*., pelo apoio durante a vida, A minha esposa Nyara e ao meu filho “do coração” Carlos Eduardo, pelo carinho e paciência durante este árduo período.

AGRADECIMENTOS

É nessa hora que reavaliamos todo o processo de mais uma etapa da vida acadêmica e reencontramos, dentro de nós, aqueles que tiveram importância para que conseguíssemos alcançar os objetivos traçados. .

A minha família, por todo apoio que me foi dado : mãe, pai, vó, esposa e meu filho, “do coração”. Todos possibilitaram-me concluir esta etapa.

Ao João Batista Rodrigues de Abreu, pelas contribuições teóricas, leituras, discussões e conversas que fundamentaram e possibilitaram esse trabalho.

Ao Gabriel de Araújo Santos e à Sandra Regina Gregório, pela pertinência das colocações e das sugestões durante o processo de qualificação, dando suporte aos rumos que a pesquisa tomou a partir de então.

À querida Sandra Barros Sanchez, *in memoriam*, ,que foi a primeira orientadora deste trabalho, mas que infelizmente nos deixou no decorrer dessa caminhada.

Ao servidor Caio Henriques Sica Lamas, pela disponibilidade em “abrir as portas” da Coordenadoria de Registros Acadêmicos.

Ao Paulo Vinícius de Santana por sempre ser solícito em assumir as aulas na escola durante os afastamentos para as atividades de formação do PPGEA.

Ao Robson Vieira da Silva, Adjalme Dias Ferreira e Eder Maurício Guedes, pelo apoio dado ao longo dessa caminhada.

Aos colegas de turma que auxiliaram muito na materialização desse trabalho , seja pelas discussões teóricas e metodológicas ou pelos momentos de descontração.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, pelo acolhimento da pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que vieram a se tornar sujeitos dessa pesquisa, os agentes das políticas públicas federais, em especial, aos que pertencem ao corpo de servidores do IFES.

“Ninguém ignora tudo.
Ninguém sabe tudo.
Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa.
Por isso, aprendemos sempre.”
Paulo Freire

RESUMO

FERNANDES DOS SANTOS, Felipe Alexandre Lima. **Expansão e interiorização da rede federal de educação profissional: reflexões sobre a implantação do IFES campus Ibatiba**. 2017. 32f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, **Seropédica, RJ. 2017**.

A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em 2008 são os objetos centrais da construção deste trabalho, que compreende a expansão da educação profissional no período após 2003, enquanto um fenômeno de possibilidade de repensar a histórica dualidade que estrutura a educação no Brasil, mais especificamente, na relação entre a educação profissional e a educação básica, instaurados desde o início das primeiras escolas cuja finalidade seria a preparação para o trabalho em algumas profissões ainda no século XIX. Sempre baseada numa dualidade, entre as categorias de trabalho intelectual e trabalho manual, a formação dos trabalhadores em nosso país tem sido marcadas pelas questões de classe e de subordinação ao mercado de trabalho, expressando características da própria formação sociedade brasileira. Baseando-se no conceito do trabalho como princípio educativo, investigou-se as alterações nas políticas públicas para a educação profissional, ocorridas no Brasil, durante os últimos anos, através da análise de dados e documentos institucionais e normativos, levantamento bibliográfico, buscando entender as políticas em implantação como a possibilidade de reduzir a dualidade estrutural. O Decreto nº 5.154/04, que oferece a possibilidade de (re)integração entre o ensino técnico e a educação básica, através da modalidade Ensino Médio Integrado, permitindo a construção do conceito de reintegração como a base da mudança, ocorrendo paralelamente com a interiorização dos Institutos Federais. O estudo do caso da implantação do *campus* Ibatiba do Instituto Federal do Espírito Santo nos forneceu informações e análises mais específicas da expansão e da interiorização, facilitando a compreensão do processo nacional, permitindo perceber mudanças como a diversificação das possibilidades de formação, de acesso a essas instituições e as características desse público que passaram a frequentar essas escolas de qualidade reconhecida pela sociedade. Alguns aspectos da dualidade histórica com a educação básica foram percebidas, assim como a relação com o mercado de trabalho. Em determinados momentos identificamos mudanças estruturais e em outros foram identificadas a continuação de modelos anteriores.

Palavras-chave: educação profissional; expansão educacional; interiorização; políticas públicas.

ABSTRACT

FERNANDES DOS SANTOS, Felipe Alexandre Lima. **Expansion and internalization of the federal network of professional education: reflections on the implantation of the IFES campus Ibatiba**. 2017. 32p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2017.

The creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology and the Federal Network of Vocational and Technological Education in 2008 are the central objects of the construction of this work, which includes the expansion of education in the period after 2003, as a phenomenon of opportunity to rethink the historical duality that structures education in Brazil, specifically the relationship between education and basic education, initiated since the beginning of the first schools whose purpose would be to prepare for work in some professions in the nineteenth century. Always based on a duality between the categories of intellectual and manual labor, training of workers in our country has been marked by issues of class and subordination to the labor market, expressing features of the training itself Brazilian society. Relying on the concept of work as an educational principle, we investigated the changes in public policies for professional education that took place in Brazil in recent years, through data analysis and institutional and normative documents, literature, seeking to understand the implementation of policies such as the possibility of reducing the estrutural. O Decree duality No. 5.154 / 04, which offers the possibility of (re) integration of technical education and basic education, through the Integrated school mode, allowing the construction of the concept of reintegration as the basis change, taking place in parallel with the internalization of the Federal Institutes. The case study of Ibatiba campus implementation of the Federal Institute of the Holy Spirit has provided us with information and more specific analysis of the expansion and internalization, facilitating the understanding of the national process, allowing realize changes such as the diversification of educational opportunities, access to these institutions and the characteristics of the public who came to attend these quality schools recognized by society. Some aspects of the historical duality with basic education were perceived, as well as the relationship with the labor market. At times we identify structural changes and others have identifiedthe continuation of previous models.

Key words: professional education; educational expansion; interiorization; public policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEFET-ES	Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagens
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EAA	Escola de Aprendizizes Artífices
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EMI	Ensino Médio Integrado
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETF	Escola Técnica Federal
ETEFES	Escola Técnica Federal do Espírito Santo
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Financiamento Estudantil
FIRJAN	Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro
GETURI	Associação Gestora do Turismo Rural de Ibatiba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IF	Instituto Federal
IFES	Instituto Federal do Espírito Santo
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
PROUNI	Programa Universidade para todos
REUNI	Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO 1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (1809-2014)	6
1.1 O contexto histórico da educação profissional no Brasil (1809-2014)	6
1.2 O início: Políticas Públicas de caráter assistencialista	7
1.3 Do Estado Novo ao Período Militar: reformas e interesses em jogo.....	7
1.4 O processo de formação dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e das Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs.....	9
1.5 As dificuldades da década de 1990 e a nova perspectiva para a educação profissional a partir do Decreto 5.154 de 2004.	10
2 CAPÍTULO 2 A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CASO DO IFES CAMPUS IBATIBA	13
2.1 A Expansão e interiorização dos Institutos Federais: o caso do Ifes campus Ibatiba	13
2.2 O fenômeno da expansão da rede federal no Brasil e as suas principais características.....	13
2.3 O contexto histórico da educação profissional no Espírito Santo e o processo de expansão	17
2.4 Expansão no IFES: o caso do campus Ibatiba.....	18
2.4.1 Aspectos históricos da formação da cidade.....	18
2.4.2 Aspectos geográficos e socioeconômicos do município	20
2.4.3 Os impactos do processo de implantação do campus Ibatiba.....	21
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A DESCENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE	27
3.1 Os impactos da expansão da rede federal de educação profissional e a descentralização da oferta de educação pública e de qualidade	27
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

INTRODUÇÃO

Tanto o trabalho quanto a educação ocorrem em uma dupla perspectiva. O trabalho tem um sentido ontológico, de atividade criativa e fundamental da vida humana; e tem formas históricas, socialmente produzidas, particularmente, no espaço das relações capitalistas (Lukács, 1978). A educação tem seu sentido fundamental como formação humana e humanizadora, com base em valores e em práticas ética e culturalmente elevados; e também ocorre em formas pragmáticas a serviço de interesses e valores do mercado, da produção capitalista, nem sempre convergentes com seu sentido fundamental. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, p.117)

O mundo contemporâneo passa por intenso processo de transformação no que tange às suas estruturas, baseadas, principalmente, na globalização e mundialização da economia, na formação de grandes blocos econômicos e no grande desenvolvimento do conhecimento científico aplicado ao processo produtivo, ocasionando intensa inovação tecnológica.

Dentro deste contexto, a educação, em especial, a educação profissional técnica e tecnológica, objeto de análise dessa pesquisa, assume um papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Ciavatta (1998), o desemprego ocasionou significativas mudanças e, dessa forma, o olhar e foco para a educação profissional toma outras dimensões, pois, este modelo educacional deve se constituir basicamente como um modelo para atender aos interesses do mercado, mas também focar numa formação mais ampla e estimuladora da consciência crítica dos indivíduos.

O debate sobre trabalho e trabalhador produtivo é tão velho quanto a própria história humana. Em última instância, trata-se de compreender como os seres humanos, em sua pré-história de sociedades classistas, como as definiu Marx, significaram e atribuíram valor às atividades de produção e reprodução de sua vida material e simbólica, intelectual ou espiritual. A ideia, ainda hoje forte, de que o trabalho do espírito ou o trabalho intelectual é superior ao trabalho material não é algo natural e eterno, mas é produto de determinadas relações sociais historicamente determinadas pelos seres humanos. (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2006, p.57)

Frigotto (2001) fez uma análise histórica do cenário da educação profissional, refletindo criticamente sobre a construção de um modelo educacional baseado na dualidade entre a educação propedêutica e a educação profissional. Esse autor citou que o ensino técnico foi delineado pelo corporativismo e por uma articulação entre interesses públicos e privados. Frigotto (2001) afirmou ainda que a interlocução entre empresários e operários com o Estado ocorreu de forma desigual.

Outra reflexão importante foi relatada por Castells (2005), este analisou as transformações econômicas da sociedade, observou o declínio de um modelo baseado na produção de bens e o aumento da importância da prestação de serviços. Para este autor, a tecnologia da informação foi o ponto de partida desse processo, por promover uma reestruturação dos modelos tradicionais de trabalho e emprego.

Ao ter como objetivo a compreensão do contexto histórico da educação profissional no Brasil, foi analisado desde as suas primeiras ocorrências ainda no século XIX, passando pela criação das primeiras dezenove escolas de aprendizes e artífices em 1909, durante o governo do presidente Afonso Pena, chegando ao contexto da criação dos Institutos Federais através da lei 11.892, de 28 de dezembro de 2008 que ocorreu, simultaneamente, ao processo de

expansão e interiorização da rede federal. Essa ampliação ganhou enorme impulso, entre os anos de 2008 e 2009, atingindo a todos os estados brasileiros e ressalta-se que no ano de 2015 ainda encontrava-se em curso.

Para as reflexões propostas foi utilizado como aporte bibliográfico as publicações de: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos. Essas leituras possibilitaram a construção de uma reflexão crítica sobre a suposta dualidade entre a educação profissional e a propedêutica, na construção do ensino no Brasil.

Além desse contexto geral, também foi construído um estudo de caso sobre a implantação do campus Ibatiba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES. A reflexão sobre o contexto social e econômico regional permitiu a ampliação da compreensão do ambiente local, no qual essa implantação está inserida.

No ano de 2010, o município de Ibatiba recebeu uma estrutura fixa de extrema importância para a proposta deste projeto de pesquisa: uma unidade(*Campus*) do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), que demanda um grande número de interações com o espaço interno desta municipalidade, além de criar relações com os demais municípios de sua região e do estado do Espírito Santo, e ainda interações com alguns municípios do estado de Minas Gerais(...). Por se tratar de um município de pequeno porte econômico, com a base de seu desenvolvimento ligado ao setor primário, Ibatiba conquistou um novo fôlego com a instalação do IFES em seu território, o que potencializou o desenvolvimento de uma rede de relações que seria impensável sem este fixo. Isso criou a capacidade desta cidade estabelecer competição com as demais cidades da microrregião Caparaó capixaba, atraindo investimentos, informação, comércio e serviços.(CORTES, 2015, p.09)

Portanto, a instituição da Rede Federal e a criação dos Institutos Federais são a base desta pesquisa, que analisa a expansão do ensino profissionalizante, intensificada a partir do segundo governo Lula, como um processo de construção de um novo significado para a dicotomia existente entre essa modalidade de ensino e a educação básica, assim como refletir criticamente sobre a suposta dualidade entre: trabalho manual e trabalho intelectual.

Questões e problemas

A indagação inicial traz à baila a questão entre a ampliação e interiorização da rede federal e a dualidade estrutural da educação brasileira. Este processo de ampliação, intensificado a partir dos governos Lula, apresenta algumas possíveis limitações, tais como: dificuldade de promover a descentralização da rede, o aumento da oferta de cursos e dos eixos tecnológicos e os possíveis limites e possibilidade de construir uma educação que ajude no acesso à emancipação e a reflexão crítica da sociedade, ferramentas essenciais para a transformação do atual modelo de sociedade desigual e injusta.

Outro questionamento foi: O processo de ampliação da rede federal de educação profissional e tecnológica mantém ou altera a dicotomia entre o ensino, basicamente, profissionalizante e o ensino geral e propedêutico, e se visa também à preparação para o prosseguimento dos estudos em outros níveis? No caso específico do campus Ibatiba, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, qual o impacto da implantação dessa unidade de ensino para a região?

Delimitações e caminhos da pesquisa

Após a apresentação das indagações que norteiam o problema a ser pesquisado, fez-se necessário delimitar o objeto. A observação da realidade nos conduziu a construção dos limites dessa pesquisa.

A reflexão sobre a expansão do ensino profissionalizante é o centro dessa pesquisa

desenvolvida, tendo como base o problema cuja apresentação foi feita acima. Para atingir esses objetivos, foi feita uma análise, sobre a organização do ensino profissionalizante no Brasil e sua relação com a formação regular, focando principalmente no período dos dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) e do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff (2011 a 2014), sendo este último, o período em que ocorreu o início do funcionamento efetivo do campus Ibatiba, cujo processo também foi objeto de análise dessa pesquisa. A investigação desse período, da ampliação da rede federal, foi aprofundada por meio da análise das questões normativas e dos programas criados nesse contexto. Analisou-se também o processo de expansão por meio do estudo específico da implantação do campus Ibatiba do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.

A análise do Decreto 5.154/04, que trouxe importantes mudanças nas normas referentes ao ensino profissionalizante, permitindo novamente a sua oferta na modalidade integrada ao ensino médio, pode ser compreendida com um dos importantes pontos de partida do desencadear da expansão da rede vinculada ao Ministério da Educação.

A análise do cenário de normas no plano nacional, realizada pelo aporte bibliográfico e da pesquisa documental, permitiu-nos primeiramente caracterizar a Rede Federal de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica, da qual o campus Ibatiba faz parte. Esta caracterização do campus Ibatiba possibilitou visualizar, posteriormente, as dificuldades de sua implantação e funcionamento. A análise dos relatórios anuais, de gestão do campus, permitiu o acesso às diversas informações referentes ao corpo discente da instituição, dados sobre a política de assistência estudantil e a descrição dos projetos de pesquisa e extensão, desenvolvidos a partir da implantação do campus.

As delimitações da pesquisa permitiram a organização dos procedimentos a serem adotados na mesma, procurando priorizar a utilização de recursos metodológicos diversificados, tais como: a etnografia, a análise das políticas e normas governamentais e a observação participante. Sempre buscando as ferramentas para o melhor andamento da pesquisa proposta. Assim, foram utilizados como base para a obtenção dos dados as seguintes ferramentas: o levantamento bibliográfico, a análise documental, a pesquisa institucional, a análise de dados e a observação.

Na busca do aprofundamento do conhecimento sobre a rede de ensino em análise, assim como seus processos de transformação ao longo do tempo, foram levantadas informações sobre as leis, normas, decretos e portarias que modificaram as fases e modalidades do ensino profissional e da educação regular, utilizando a análise documental como recurso metodológico nesta etapa.

A reflexão sobre as informações oriundas da pesquisa tem como importante foco as referências bibliográficas que discutem o trabalho enquanto princípio educativo, levando em consideração a base ontológica do ser social, sendo essa questão fundamental para a modificação da natureza por parte dos seres humanos, sendo esse aspecto fundamental para a vida humana.

Dentro desta visão, percebe-se que o ensino profissionalizante no decorrer da história tem se restringido a busca pelo emprego, ou seja, a educação para o trabalho tem sido a certeza de acesso ao setor produtivo, ocasionando expectativa de crescimento socioeconômico, tendo a educação como ponte principal.

A educação profissional tem se constituído numa modelo focado no acesso ao mercado de trabalho e quase sempre desconsiderando a verdadeira capacidade de produção e de pensamento crítico desses indivíduos.

O questionamento presente na pesquisa foi relacionado à construção de um processo educacional para o trabalho que contribua de forma decisiva para construção da cidadania em sua plenitude, de sujeitos conscientes e críticos, capazes de refletir acerca das possibilidades

de transformação a sua volta. Para isso faz-se necessário que o trabalhador tenha acesso a uma formação que vá além do aprendizado da técnica, e permita a criticidade no contexto que está inserido, compreendendo o seu papel como agente transformador da sociedade.

A linha teórica para análise central do trabalho passou pelo pensamento de Antônio Gramsci, em especial, as discussões sobre a construção das forças sociais dentro do contexto histórico, a discussão entre os agentes de mudança e os agentes de conservação e as reflexões sobre correlação de forças no processo político.

Sobre o aspecto da dualidade da educação no Brasil, foi necessário, inicialmente, refletir sobre a formação social do modelo capitalista dependente do país, especialmente, a partir da Segunda Guerra Mundial, utilizando-se do pensamento de Florestan Fernandes. Com o foco na educação neste período no Brasil, em específico, o ensino profissional e ao seu processo de expansão e interiorização, foi utilizado como referência o pensamento de: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta Franco e Marise Ramos.

Para as questões referentes à contextualização do ambiente socioeconômico da região de Ibatiba-ES, município no qual localiza-se a unidade de ensino profissional analisada como estudo de caso, foi utilizado como referência o pensamento de Aramis Cortes, que retrata a abordagem sobre as questões da economia local, fazendo interações com questões do contexto sócio-regional.

Apresentando o trabalho

Essa pesquisa aborda de forma central as características da educação profissional ao longo do contexto histórico brasileiro e as políticas públicas de expansão e interiorização da rede federal, iniciadas a partir dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), que provocaram importantes mudanças nessa modalidade de ensino. A dualidade da educação brasileira e a ação governamental da expansão fundamentam o fenômeno que gera o problema dessa pesquisa. Portanto, visando organizar esta abordagem, o trabalho divide-se em três capítulos, analisando, historicamente, a educação profissional e refletindo o fenômeno de ampliação da oferta dessa modalidade ocorrida nos últimos anos no Brasil.

No primeiro capítulo, O papel da Educação Profissional no Brasil, foi apresentado a história e as características da educação profissional e os fundamentos da sua dualidade estrutural. Discutiram-se as principais políticas públicas implantadas no período, em especial, a formação dos Centros Federais de Educação Tecnológica e o contexto das Escolas Agrotécnicas Federais

No segundo capítulo, A expansão e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, foi apresentado a expansão da rede federal de educação profissional, intensificado durante o segundo governo Lula, entre 2007 e 2010, e o processo de criação dos Institutos Federais através da Lei 11.892, de dezembro, de 2008. Foi destacado e analisado o retorno da oferta da educação profissional na modalidade integrada ao ensino médio, desencadeada através do Decreto 5154 de 2004, como fundamental dentro do contexto da ampliação da rede federal.

No terceiro capítulo, denominado: Expansão e Interiorização no Espírito Santo: refletindo a implantação do IFES Campus Ibatiba, construiu-se uma reflexão sobre a interiorização da rede federal, discutindo o processo de formação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, originado a partir da junção de quatro autarquias: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e as três Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Santa Teresa e de Colatina. Para construir uma reflexão mais ampliada no que tange à interiorização, concentrou-se a análise num estudo de caso sobre a implantação do campus Ibatiba, cujo funcionamento ocorreu a partir do final do ano de 2010. Para instrumentalizar essa reflexão, buscou-se informações sobre o contexto social, político e econômico do município de Ibatiba e da microrregião do caparaó capixaba na qual

está situada. Algumas fontes bibliográficas oriundas de pesquisas acadêmicas, desenvolvidas na região, e fontes documentais instrumentalizaram a construção dessa pesquisa no aspecto da reflexão local. As fontes, os documentos e, principalmente, a experiência pessoal de ter vivenciado todo esse processo como gestor do ensino da escola, desde o início do funcionamento letivo em fevereiro de 2011 até março de 2014, e da atuação como primeiro docente nomeado para a nova unidade de ensino em maio de 2010 e, também, lecionando no campus Ibatiba até a presente data, formaram os elementos fundamentais desse capítulo que, como última etapa da pesquisa, buscou a compreensão das transformações e os impactos da chegada da educação profissional pública e gratuita para a cidade de Ibatiba e demais cidades da região.

Para finalizar, foram feitas considerações sobre os impactos e as transformações que o processo de ampliação da rede federal trouxe para o país após o seu início, no primeiro governo Lula e que ainda encontra-se em curso em 2015.

1 CAPÍTULO 1

O CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (1809-2014)

1.1 O contexto histórico da educação profissional no Brasil (1809-2014)

A ampliação do conhecimento histórico político da educação profissional no país foi fundamental para a construção dessa pesquisa, e, para tanto, é preciso desvendar a trajetória da própria educação como um todo, pois, ambas caminham em conjunturas bastante semelhantes. Neste capítulo estão dispostos os aspectos gerais dos caminhos percorridos pela educação no Brasil, focando sempre na abordagem do centro dessa pesquisa: a educação profissional. As características específicas da sociedade brasileira, também, foram fundamentais, uma vez que foi possível delinear uma relação de proximidade entre a escola e a sociedade com as suas características básicas. Para subsidiar essa análise, buscou-se a articulação entre a revisão bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa institucional.

Desde a criação dos Colégios de Fábricas em 1809, até o momento presente da ampliação da Rede Federal, foi possível identificar características que se mantiveram presentes durante esses dois séculos de formação dos trabalhadores no Brasil. Um desses aspectos presentes em diversos momentos do processo histórico é dualidade entre a educação profissional e o ensino propedêutico (FRIGOTTO, 2001).

Analisa-se, assim, a transição da educação profissional assistencialista, conforme se caracterizava no início, para um modelo de política pública inserida no planejamento governamental como ação estratégica. Essas ações, ao longo da história do ensino profissional, sempre aproximaram essa modalidade da etapa conhecida atualmente como ensino médio. Essa etapa, a partir do início da sua existência, já recebeu algumas denominações diferentes ao longo do contexto histórico da educação no país e, de certo modo, apresenta uma ambiguidade de objetivos e características. É apenas nessa última etapa que existe a possibilidade de interação formal com a educação profissional por intermédio da presença dessa modalidade em matrizes curriculares do ensino regular, sob a justificativa de apresentá-lo ao mercado do trabalho.

Outro aspecto importante no sentido de atribuir um novo caminho para a relação entre o ensino regular e ensino profissional foi a criação dos primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), a partir de 1978, e a transformação dos Colégios Agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais, que ocorreu em 1979. Vale ressaltar que os primeiros CEFETs foram criados apenas nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Paraná. No Estado do Espírito Santo, por exemplo, a antiga Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFET-ES, apenas no ano de 1999. Essas instituições de ensino consolidaram a negação do conceito de ensino profissional como alternativa à educação regular e propedêutica. Contudo, não foi possível superar o problema estrutural da dualidade apenas com o surgimento dessas novas instituições de ensino.

É importante ressaltar, tanto o ensino profissional quanto o médio, de uma forma geral no Brasil, cumprem o papel de direcionamento aos postos de trabalho de característica técnica e operacional e de escolarizar a população, sendo normalmente os setores mais empobrecidos da sociedade.

O primeiro tópico aborda ao caráter assistencialista dos primeiros modelos profissionalizantes do país. No segundo tópico, foram discutidas as principais reformas e mudanças introduzidas no período do ministro da educação, Gustavo Capanema, até o período do regime militar. No terceiro tópico, apresenta-se o contexto da criação dos primeiros CEFETs e da transformação dos Colégios Agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais. No último tópico, apontam-se os obstáculos para o ensino profissional, durante a década de 1990, e as novas perspectivas surgidas principalmente a partir de 2003.

1.2 O início: Políticas Públicas de caráter assistencialista

Ao longo do tempo, a educação regular ofertada através do ensino médio, mesmo com as variações de nome sofridas, sendo reflexo de diversos contextos da história pelos quais passou, é caracterizado por ter uma identidade pouco definida. O ensino fundamental, por exemplo, é um espaço de construção de saberes básicos. A educação superior é um espaço no qual se define uma formação específica para atuação em determinada área. Porém, o ensino médio não tem a mesma clareza de definição, segundo Ciavatta (1998).

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e a abertura dos portos, iniciada no ano seguinte, surgem as primeiras fábricas no Brasil. A partir de então, o governo do império português cria os colégios de fábricas, cuja característica básica era o assistencialismo e o abrigo aos órfãos trazidos nos navios da Europa. Um dos objetivos principais era de atender a demanda de qualificação para atuação nessas fábricas. Esses colégios são as primeiras manifestações de ensino profissional no Brasil, sendo marcados pelo atendimento aos pobres e pela habilitação para ofícios essencialmente manuais. O ensino profissional, durante todo este século, será caracterizado ao atendimento aos pobres e aos órfãos, reafirmando assim a sua principal característica: o assistencialismo. Acredita-se que esse modelo de educação também contribuiu para garantir a ordem pública e os bons costumes, demonstrando a influência do pensamento dominante na elite do Brasil Colonial, que servirá de alicerce para construção do pensamento da nossa sociedade.

No início do século XX, influenciado pelo pensamento republicano e principalmente por surtos industriais ocorridos nesse período, foram criadas pelo presidente Nilo Peçanha as 19 primeiras escolas denominadas como: Escolas de Aprendizes e Artífices e as Escolas Agrícolas, destinadas às camadas menos favorecidas da sociedade. Essas escolas seriam as primeiras unidades da atualmente denominada rede federal de educação profissional. Uma característica importante deste período é a articulação entre o ensino profissional e as necessidades do mercado, ocorrendo tanto na indústria como na agricultura.

Para Frigotto (2001), a educação é um espaço para as disputas de hegemonia na sociedade e faz parte do contexto dos conflitos sociais. Esse embate permite compreender o modelo de escola oferecido a cada segmento social, construindo um dos aspectos importantes da dualidade da educação, com os quais historicamente o modelo propedêutico é ofertado para as elites, visando oferecer-lhes uma educação humanística e focada na formação intelectual e, em contraponto, o ensino profissional é ofertado à “grande massa”, população menos favorecida da sociedade.

1.3 Do Estado Novo ao Período Militar: reformas e interesses em jogo

A partir de 1937, passa a vigorar no país uma nova Constituição dentro do contexto do Estado Novo. No que se refere ao quadro educacional, fica em evidência que com a nova legislação, imposta pelo regime, o Brasil passava a se preocupar com a adequação da sua mão de obra aos interesses do mercado de trabalho, construindo um papel relevante para o ensino profissional. Ao contrário da carta de 1934, que alega que o Estado reduziria seu papel no contexto geral da educação e a valorizaria os setores privados de ensino.

Em 1942, durante a gestão do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, surge a chamada “Reforma Capanema”, iniciada através dos seguintes Decretos: 4048, 4073, 4244 e 6141. Entre outros aspectos relevantes, foi fortalecido o ensino voltado para a indústria, com a criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial e o fortalecimento da divisão entre formação para o trabalho e educação superior.

Nesse período, o ensino no Brasil foi organizado em dois níveis: básico e o superior. O primeiro dividido em duas fases: a etapa primária e a secundária, esta subdividida em ginásial e colegial. A etapa denominada “colegial” apresentava opção de escolha entre dois modelos que permitiam o acesso posterior ao ensino superior: o curso clássico e o científico, ambos com currículos que valorizavam da cultura geral e humana. No período colegial, havia também uma terceira possibilidade: cursar o ensino profissional, que baseavam-se nos cursos: normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico, todos com o mesmo nível de duração do colegial. Esses cursos, contudo, não habilitavam para o ingresso no ensino superior. No entanto, pela primeira vez surge a possibilidade de aproximação entre os ramos propedêutico e profissionalizante através de exames de adaptação que poderiam levar o estudante ao ensino superior (MOURA, 2007).

A partir das mudanças ocasionadas na educação brasileira no período Capanema, o debate da educação ficou polarizado nos eixos que seriam os grandes pilares do contexto econômico e político nacional: o populismo e os privatistas. O primeiro grupo desejava o aumento da rede de escolas gratuitas no ensino primário e secundário, e acreditava que era responsabilidade do Estado a oferta da educação. O segundo grupo defendia a redução do papel do Estado na educação e a predominância da rede privada sobre a oferta pública.

Em 1959, a partir do movimento político denominado “Campanha em Defesa da Escola Pública” liderado por Darci Ribeiro, Anísio Teixeira, Florestan Fernandes e Nelson Werneck Sodré. Este grupo possibilitou uma conjuntura de pressão que levou em 1961 a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 20 de dezembro, de 1961 (LDB de 61). Essa nova legislação representou, segundo FREITAG (ANO), uma vitória dos setores hegemônicos sobre os interesses populares, pois, garante a presença forte do conceito do liberalismo, uma vez que garante a livre atuação da iniciativa privada no contexto da educação. Segue trecho de Freitag:

Ao mesmo tempo que [a LDB de 61] dissolve formalmente a dualidade anterior do ensino (...) pela equivalência e flexibilidade dos cursos de nível médio, cria nesse mesmo nível uma barreira quase intransponível, assegurando ao setor privado a continuidade do controle do mesmo. Assim, a criança pobre, incapaz de pagar as taxas de escolarização cobradas pela rede, não pode seguir estudando. (FREITAG, 2005, p. 102)

Sobre o período da Ditadura Militar (1964 a 1985), aborda-se o processo que conduziu à reforma da LDB de 1961, ocorrida em duas fases, a primeira relacionada à reformulação do ensino superior através da Lei nº 5024/68 e à reforma do ensino básico através da lei nº 5692/71, quando o ensino primário e secundário passam a se chamar ensino de 1º e 2º graus. Destaca-se, neste caso, a ampliação do tempo de duração de 1º grau, resultando num aumento dessa etapa obrigatória de 4 para 8 anos. Foi atribuído, também, um aspecto de

direcionamento para atividades profissionais para as séries finais do 1º grau e na instalação de educação profissional obrigatória no 2º grau.

Essa proposta profissionalizante, do governo dos militares, durante o período do “milagre econômico” para o ensino do 2º grau atende simultaneamente aos interesses do mercado, que demandava técnicos mais qualificados, e também houve boa aceitação nas camadas populares em função de identificar a possibilidade de acesso ao mercado de trabalho.

O 2º grau obrigatoriamente profissionalizante levou as escolas públicas, em especial, as redes estaduais, a valorizarem em seus currículos, sendo a formação técnica em detrimento da formação geral, focando no acesso ao mercado de trabalho. As escolas privadas fugiram desse conceito na construção dos seus currículos, valorizando conteúdos de formação geral e humanística, visando atender aos setores privilegiados da sociedade. Essa ação ocasionou uma depreciação da escola pública, visto que apenas os jovens oriundos das camadas populares permaneceram estudando nessas redes, enquanto que a classe média e as elites promoveram uma fuga em massa para as escolas privadas, buscando uma formação que permitisse o acesso à formação superior.

Contudo, a partir de 1978, deu-se início ao processo de modificação da estrutura de algumas escolas técnicas federais. As escolas do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná iniciaram mudança para originarem os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs. Em 1979, na rede federal de ensino técnico, voltada para a formação no campo, através do decreto 83.935, foram transformados diversos colégios agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais - EAF. As mudanças supracitadas representaram o surgimento de um novo modelo de ensino profissional público e de qualidade no país.

1.4 O processo de formação dos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs e das Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs.

Em 1978, através da lei 6.545, foram transformadas as escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e do Rio de Janeiro, esta última denominada Celso Suckow da Fonseca, nos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs que seriam autarquias de regime especial, subordinadas ao Ministério da Educação e Cultura – MEC, e possuidoras de autonomia didático-pedagógica, administrativa e financeira. Foram atribuídas a essas instituições também a tarefa da oferta de ensino superior.

A rede federal de ensino técnico, antes da lei 6.545 de criação dos CEFETs, em 1978, e do Decreto 83.935 de 1979, que cria as Escolas Agrotécnicas Federais - EAFs, já se destacava pela qualidade na oferta do ensino profissional. Infelizmente, as redes estaduais, devido à falta de verbas e a carência na qualificação e especialização dos docentes, acabou concentrando-se em oferecer cursos que utilizavam-se de uma infraestrutura menos complexa para viabilização. Como exemplos, citam-se os cursos técnicos em: contabilidade, administração, secretariado, entre outros. Rapidamente, o mercado de trabalho para essas áreas teve a oferta de mão de obra maior que a demanda, ocasionando desemprego e redução da remuneração média desses profissionais no mercado de trabalho. A criação dos CEFETs e das EAFs, logo, caracterizaram-se como a construção de um novo ciclo na educação profissional, ofertada pela rede pública. (MOURA, 2007).

Até os primeiros anos da década de 1990, apenas as escolas técnicas do Maranhão, em 1989, e da Bahia, em 1993 também tinham sido transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Em 1993, foi criada a lei 8.711, que altera a redação da Lei 6.545/78 e acrescenta como novos objetivos dessas instituições a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão, além dos cursos técnicos de 2º grau já ofertados. No final de 1994, com a Lei 8.948, que institui o Sistema Nacional de Educação Profissional e Tecnológica e transforma as demais escolas técnicas em CEFETs. Porém, esse

processo é gradual, já que essas instituições deveriam atender a critérios mínimos estabelecidos, relacionados às instalações físicas voltadas para o ensino e pesquisa.

A criação dos CEFETs e a oferta de educação pública, reconhecidamente, de excelência consolida-se como um paradoxo em relação as demais esferas da rede pública nesse período. Para tornar-se aluno da rede federal era necessário se submeter a processos de seleção bastante rígidos. Os profissionais formados nessas escolas ocupavam os postos de trabalho mais disputados e com melhores remunerações nas grandes empresas públicas e privadas e normalmente prosseguiam com seus estudos ingressando na educação superior. Isso indica que a rede federal de educação profissional não focou seus currículos apenas na formação técnica exclusiva para o trabalho, ofertando um ensino com formação mais ampla, o que permitia a continuidade dos estudos em nível superior. A oferta de um ensino de qualidade e o processo rigoroso de seleção interferem de maneira contundente no perfil dos alunos que conseguem ingressar nessas unidades de ensino, na maioria dos casos, tem a sua origem nas camadas médias e nas elites, e oriundos de boas escolas da rede privada. Dessa forma, para a maioria dos estudantes das camadas mais pobres continuava restando apenas a alternativa de acesso ao ensino profissional através das escolas públicas das demais redes. Esse cenário consolidou no período a dualidade da educação em ensino profissional, destinado aos pobres, e a educação para a formação geral, científica e humanística, destinada à classe média e às elites, que facilitava a continuidade dos estudos e o acesso ao ensino superior.

Em 1982, no governo do General João Figueiredo, o último dos presidentes militares, entrou em vigor a Lei 7.044, que alterou a Lei 5.692 de 1971, substituindo a obrigatoriedade da profissionalização do ensino de 2º grau pelo caráter facultativo na sua oferta.

A promulgação da Constituição de 1988 criou um ambiente favorável para as discussões sobre educação, o que resultou na aprovação, em 1996, da segunda da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei 9.394/96, também conhecida popularmente como “Lei Darcy Ribeiro”. Nesse período a oferta do 2º grau profissionalizante na rede pública ficou praticamente restrita a esfera federal, que cumpria bem o papel de ofertar uma educação para o trabalho crítica e reflexiva, permitindo a consolidação de uma formação geral que permitisse a chegada ao nível superior do ensino.

1.5 As dificuldades da década de 1990 e a nova perspectiva para a educação profissional a partir do Decreto 5.154 de 2004.

As disputas ocorridas na sociedade brasileira na década de 1980, fruto da luta pela redemocratização do país e pelo desejo das “Diretas já”, criaram um “ambiente político” que contextualizou as discussões e os embates ocorridos na Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a carta de 1988.

A lei 8.948 de 1994, sancionada durante o Governo do Presidente Itamar Franco, estabelece a criação do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que abriu caminho para a transformação das Escolas Técnicas em CEFETs e estabeleceu a expansão da oferta de educação profissional feita pelo Governo Federal através de parcerias com Estados, Municípios, setor produtivo e ONGs – Organizações Não Governamentais, sendo de competência dos governos e da sociedade civil a “manutenção e gestão de novos estabelecimentos de ensino” (MEC, 1994)

Na educação, esse contexto de fortes disputas ideológicas se manifestou no processo de construção da LDB de 1996. Houve grandes disputas, de um lado aqueles que defendiam uma educação pública baseada em conceitos como a gratuidade, a qualidade e a com caráter laico; do outro, a lógica de uma educação baseada no conceito do neoliberalismo e na participação mínima do Estado, o último foi o espaço em que a rede privada teve papel de

grande relevância. As teorias deste segundo grupo prevaleceram em partes fundamentais da LDB de 1996, ficando a estrutura educacional privada com liberdade para atuar em todos os níveis da educação.

No que diz respeito ao ensino técnico e ao 2º grau, a nova legislação aumentou a discussão da dualidade entre elas. Havia uma corrente de pensamento que defendia uma formação profissional ampla e integrada ao 2º grau, fortalecendo o conceito da politécnica na formação desses jovens e inclusive habilitando-os ao acesso ao ensino superior.

Seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio das técnicas diversificada utilizadas na produção, e não o mero adestramento de técnicas produtivas. Não se deveria, então, propor que o ensino médio formasse técnicos especializados, mas sim politécnicos. (FRIGOTTO, CIAVATTA E RAMOS, 2005, p. 35).

O senador Darcy Ribeiro propôs uma emenda substitutiva ao texto original da LDB de 1996, que formalizava na nova lei a dualidade entre ensino médio e ensino profissionalizante, sendo este último colocado separado da educação básica. Todavia, essa legislação se caracteriza pela ambiguidade, pois, também permite a articulação entre o ensino técnico e o regular, conforme analisa Cury (2002). Porém, essa articulação se coloca na legislação como uma possibilidade e não como algo regular ou constante. Essa tentativa de separar o ensino regular da educação profissional já havia sido colocada em prática através do Projeto de Lei 1.603 de 1996, encaminhado pelo poder executivo durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC. O projeto de lei supracitado sofreu fortes pressões contrárias da comunidade acadêmica, principalmente, pelos grupos de pesquisa ligados ao tema trabalho e educação e também pelos grupos ligados à rede federal de educação profissional.

Todavia, após a aprovação da LDB de 96, foi elaborado o decreto 2.208 de 1997, ainda no primeiro governo FHC, assim, onde foram ignoradas as discussões anteriores e legalizou-se a dualidade entre formação técnica e o ensino básico, seguindo orientações do sistema financeiro internacional através do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Esse processo ficou conhecido como “reforma da educação profissional”. Nessa conjuntura, o ensino de nível médio passa a se basear numa formação ampla e propedêutica. O ensino técnico de nível médio, obrigatoriamente separado, pode ser ofertado através da modalidade concomitante e sequencial. O primeiro formato exige duas matrículas e dois currículos diferentes entre si, sendo cursados simultaneamente em unidades de ensino diferentes ou não. A modalidade sequencial deve ser ofertada para aqueles que já concluíram o ensino médio.

Outro componente importante da reforma da educação profissional, ocorrida a partir de 1997, é o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, que contou com recursos financeiros do BID e foi colocado em prática pelo MEC e pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Esse programa pretendia ampliar e diversificar a disponibilidade de vagas no ensino profissional e a adequação dos cursos e seus respectivos currículos as necessidades do mercado de trabalho. Além disso, caracterizou-se pela redução do papel do Estado no seu compromisso com a educação como um direito da sociedade. O PROEP materializava parte do projeto de privatizações que o Estado Brasileiro sofreu durante esse período, em atendimento à implantação do receituário neoliberal. (CUNHA, 2005)

No primeiro Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, surgiu o decreto 5.154 de 2004, que revogava o decreto de 1997 e permitia novamente a integração entre a educação básica e a profissionalizante. O Ensino Médio passa a ser ofertado na rede federal de educação profissional e tecnológica – EPT na modalidade médio integrado, na qual existe apenas uma matrícula e um currículo de forma interligada a para a oferta do curso, articulando a formação ampla, científica e humanista com a formação técnica. No entanto, ressalta-se que o ensino integrado não representa o conceito da politécnica, visto que as matrizes curriculares, em especial, a parte profissionalizante, habilitam o aluno para uma formação

especializada.

Diversas transformações vêm ocorrendo na educação profissional no Brasil desde o primeiro governo Lula. Os principais aspectos dessas mudanças tem sido organizados pelo plano de expansão, ampliação e interiorização da Rede Federal de EPT. Fator importante desse contexto foi a criação, em 2008, através da Lei 11.892, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, envolvendo a união de instituições já existentes, sobretudo os CEFETs, ETFs e EAFs. Essa ação governamental tem por objetivo tornar a educação profissional pública federal um espaço fundamental para o ensino superior e a pesquisa científica. Essas novas instituições impulsionaram bastante a oferta de vagas na educação profissional na rede pública, nacionalizando de fato a oferta de vagas. É dentro deste contexto que inicia o seu funcionamento o Ifes campus Ibatiba, no final de 2010, objeto de estudo do capítulo seguinte desta pesquisa.

Segundo FRIGOTTO (2007), essas ações representam avanços no sentido da superação da dualidade entre educação propedêutica e a técnica. Porém, faz-se necessário uma análise com maior aprofundamento dessa política em implantação. É preciso analisar como essas instituições vem estruturando seus novos cursos e currículos. A simples integração pode não representar o fim da dualidade se não estiver ocorrendo a formação integral nessas novas unidades de ensino.

Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas. (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

O programa de expansão da Rede Federal traz para o cenário da educação profissional alguns novos e relevantes elementos para o fenômeno analisado neste trabalho. Busca-se a compreensão dessas transformações que podem estar ocorrendo na educação profissional no Brasil.

2 CAPÍTULO 2

A EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS: O CASO DO IFES CAMPUS IBATIBA

2.1 A Expansão e interiorização dos Institutos Federais: o caso do Ifes campus Ibatiba

Apesar de algumas sinalizações importantes no primeiro governo Lula (2003-2006), como o Decreto 5154/2004, que permite a retomada da integração do ensino médio e técnico, somente a partir do segundo período de governo (2007-2010), que as ações de expansão, interiorização e nacionalização da rede foram fortemente consolidadas. As reflexões sempre buscam analisar as mudanças administrativas e territoriais, buscando compreender possíveis novas significações para a educação profissional brasileira. Declarações dos dirigentes governamentais através de seus discursos também fornecem elementos para a compreensão desse processo desencadeado pelo governo e também, serviram de instrumentos para esse estudo.

O contexto histórico da educação profissional no Espírito Santo e seus aspectos de expansão serão apresentados, como já abordado. Sobre o estudo de caso proposto, aspectos históricos, geográficos e socioeconômicos relacionados à Ibatiba foram analisados, permitindo a compreensão de quais características constituiria o ambiente local encontrado pelo projeto da expansão. Alguns impactos dessa implantação foram objeto de reflexão e análise. Para subsidiar esse trabalho, buscou-se articulação entre a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa institucional.

2.2 O fenômeno da expansão da rede federal no Brasil e as suas principais características

No período entre 2003 e 2010, durante os dois Governos Lula, foi instituído o programa em “prol da educação”, que colocou como prioridade, segundo líderes de movimentos sociais e os próprios discursos proferidos durante a campanha eleitoral, a expansão do ensino superior e da educação profissional. Programas importantes como o PROUNI – Programa Universidade para todos; Plataforma Paulo Freire para a demanda de formação de professores para a educação básica das redes públicas de Estados e Municípios; o aumento dos recursos destinado ao Financiamento Estudantil (FIES); e, principalmente, o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, permitiram um aumento das vagas na educação superior por meio de novos campi e novos cursos.

Na educação profissional e tecnológica – EPT percebem-se duas ações importantes sendo encaminhadas: a primeira decorrente do decreto 5154/2004, cuja consequência foi a ampliação da oferta do Ensino Médio Integrado – EMI. A segunda foi a expansão, interiorização e nacionalização da estrutura da rede federal de EPT. Esse processo se iniciou em 2007 e consolidou-se a partir do final de 2008, com a lei de criação dos Institutos Federais, facilitando a instalação de unidades de ensino no interior, vinculadas às reitorias

localizadas nas regiões metropolitanas. A Lei 11892/08 deu origem os Institutos Federais compostos pela união dos antigos CEFETs, ETFs, EFAs , Colégios Técnicos vinculados às Universidades Federais e aos novos campi construídos.

A expansão da rede, no período entre 2007 e 2010, ocorreu pautado na questão da distribuição pelo território brasileiro dos novos *campi*, principalmente aos municípios mais distantes das regiões metropolitanas. Essa ação teve como desdobramento o aumento do número de vagas, maior oferta de EMI, novos cursos atendendo às possíveis vocações regionais, e à ampliação do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A ampliação do ensino básico, no contexto histórico do nosso país, sempre ocorreu pelo atendimento mínimo. É necessário a compreensão de que a educação deve ser entendida com um direito social. (ALGEBAIL, 2009). O atual processo de ampliação da rede vem atendendo a dois princípios: o atendimento à demanda pelo ensino médio, que não vem sendo cumprido pelas redes estaduais e a formação de trabalhadores como fator importante para o desenvolvimento econômico nacional, reafirmando ligações históricas com as demandas do setor produtivo, que deseja expandir a sua produção industrial para regiões fora dos eixos metropolitanos. Essa segunda ação, conjuntamente aos outros fatores, tenta funcionar como desestímulo ao fluxo migratório do interior para as metrópoles.

Ao analisar os discursos relacionados ao processo eleitoral de 2006, que acabou por reconduzir o Presidente Lula para mais um mandato, foi observado que a educação se tornou uma questão prioritária nos palanques, debates e propostas de campanha, construídas neste período. Ao analisar o programa de governo da reeleição foi percebido ênfase na questão da educação como bases para um projeto de desenvolvimento do país, acompanhado de estratégias que visavam uma distribuição da riqueza menos desigual no Brasil.

Numa comparação com o programa de governo da primeira campanha em 2002, percebe-se diferenças na visão sobre a educação. Nesse primeiro programa, as críticas eram centradas no modelo econômico adotado no Governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, com críticas a aplicação da política neoliberal do estado mínimo na educação, estas diziam que ocorria uma “desoneração do Estado para com o sistema de Educação” (Programa de Governo Coligação Lula Presidente, 2002, p:45). Já no programa de governo de 2006 discutia-se a continuação das políticas já iniciadas e o aumento qualitativo de vagas na educação.

Sobre a educação profissional há diferenças importantes na construção dos dois programas de governo supracitados que vão além do que foi retratado. No primeiro, o acesso do trabalho à educação técnica não aparece em momento algum, tratando da formação para o trabalho apenas como função da educação básica e do nível superior. No segundo programa, a educação profissional e tecnológica aparece de forma relevante, propondo aumento do número de vagas e ainda fazendo parte do eixo de políticas públicas, voltadas para os jovens. Nesse segundo período de governo, conforme foi apresentado anteriormente, as políticas de ampliação da rede e aumento da oferta de vagas foram intensificadas.

Ao analisar o contexto anterior no início de sua expansão, na segunda metade da década de 1990, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, surgiu o Decreto 2406/97, que determinou a separação do ensino básico e da formação técnica mediante a proibição da oferta de vagas para os cursos técnicos integrados ao ensino médio, ocasionando diminuição do número de matrículas na rede federal e a redução do seu papel na educação profissional com o paralelo fortalecimento das instituições vinculadas ao setor empresarial, como o “Sistema S” na oferta de educação nessa modalidade.

É dentro desse contexto que se inicia o primeiro mandato do Governo Lula, no que diz respeito à educação profissional no Brasil. Fortes críticas dos movimentos sociais e educacionais às políticas neoliberais implantadas na gestão anterior eram feitas neste período.

Havia no debate da educação, grupos mais progressistas que defendiam uma educação integrada e ampla, baseada no princípio da politécnica. Esses grupos lutaram pela revogação do Decreto 2406/97 (FRIGOTTO, 2007). Essa luta culminou com a publicação do Decreto 5154/04 que permitiu o retorno da integração entre ensino profissional e a educação básica.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), ao analisar o período entre 2003 e 2005, é possível considerar um nível elevado de continuidade em relação ao governo FHC, se não nos princípios ideológicos, ao menos na prática hegemônica da dualidade entre ensino técnico e formação regular, que desde o princípio estruturaram a educação no Brasil.

Nos anos posteriores, o governo iniciou os programas de ampliação, nacionalização e desenvolvimento do ensino profissional, construindo políticas de reorganização das unidades de ensino técnico da rede federal, modificando a característica de formar apenas as classes pobres com uma educação de baixa qualidade, que apresentam como objetivo único ingressar no mercado de trabalho em profissões de menor remuneração.

As mudanças mais estruturais na sociedade ocorrem a partir de desdobramentos oriundos das contradições e embates entre grupos sociais com interesses diferentes, concomitantemente grande parte das políticas públicas são reformuladas (COUTINHO, 1989), mesmo quando essas ações se consolidam na manutenção da ideologia socialmente dominante, não se consolidando como grandes interferências na promoção das transformações sociais. A expansão da rede federal em análise, não caminhou de forma diferente desse modelo.

A partir da lei 11.892 de 2008, que entre outras questões criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais, o caminho para impulsionar o processo de expansão está traçado. Com essa legislação, a rede federal de educação profissional e tecnológica passa a ser constituída por 38 Institutos Federais, pelos CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, pela UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná, por 24 escolas técnicas ligadas às universidades federais. Em virtude da expansão, ocorreu um grande aumento no número de unidades de ensino. Em 2002, eram apenas 140 escolas compondo a rede. Em 2010, ao final do segundo mandato do Presidente Lula, haviam sido construídas, segundo o site do Ministério da Educação, mais 214 novas unidades, atingindo um total de 354 *campi*. Em 2014, até final do primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff, foram construídas 208 novas escolas, atingindo um total de 562 *campi* em funcionamento. A rede federal de educação profissional e tecnológica multiplicou quatro vezes o seu tamanho entre 2003 e 2014.

Ainda sobre a expansão dos Institutos Federais foi observado que esse processo ocorreu seguindo uma característica marcante: forte presença da expansão em estados fora das regiões Sudeste e Sul, apesar de estarem presentes em todos os 26 Estados e no Distrito Federal. Em 7 Estados da Federação ocorreu a formação de mais de um Instituto, são eles: Minas Gerais (5), Rio Grande do Sul (3), Bahia (2), Pernambuco (2), Goiás (2), Rio de Janeiro (2) e Santa Catarina (2). Outra informação relevante é que no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, os CEFETs, por opção da comunidade acadêmica interna dessas instituições, mantiveram com o mesmo nome e a estrutura organizacional já existente.

A expansão e interiorização ocorreram seguindo demandas regionais. Essas novas unidades de ensino tem sido implantadas, em sua maioria, em municípios e regiões estratégicas para o Brasil. A criação dos novos cursos vem ocorrendo, pelo menos em teoria, em sintonia com as demandas do mercado de trabalho e também das estratégias de desenvolvimento regional.

Retoma-se a continuidade de pensamento hegemônico, Otranto (2010) apresentou a ideia da construção de uma nova pedagogia da hegemonia, uma educação que objetiva alcançar um consenso na sociedade sobre o conceito de ética, democracia e cidadania adequada aos desejos dos mercados do Brasil e do Mundo. Essa visão hegemônica seria

elaborada por meio complexo sistema de relações e de mediações em oposição a ideia de dominação. Ainda, segundo o pensamento dessa pesquisadora, existiria uma grande aproximação com os setores produtivos regionais para a oferta de formação para os trabalhadores e de solução de problemas técnicos relacionados ao processo de produção através da pesquisa e da inovação desenvolvidas pelas novas unidades de ensino, beneficiando à indústria e aos demais setores privados. Na própria lei 11.892/08, que cria os Institutos, apresenta-se o artigo sétimo:

“Art 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

[...]

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos” (Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008)

Segundo Otranto (2010), trata-se de uma ação governamental com pouco tempo de implantação, o que ocasiona dificuldades para análise dos resultados com maior profundidade. Todavia, o programa da expansão também pode ser entendido com um modelo de ensino superior e tecnológico, voltado, especialmente, para a pesquisa aplicada, da mesma forma que vem sendo implantadas por outros países latino-americanos durante o período da década de 1990. Trata-se de uma ação de diversificação da formação, sendo a universidade focada na formação para o trabalho como outro eixo da histórica dualidade.

Ao fazer uma análise adotando o conceito de economia dependente ou periférica, da qual ainda se encontra o nosso país, os Institutos Federais e o reposicionamento do ensino profissional se encaminham no sentido de atender as políticas de educação traçadas pelo Banco Mundial. Segue trecho publicado por Otranto:

“O documento do Banco Mundial de 1999... além de também destacar a necessidade de diversificação das instituições, defende que o sistema de educação superior dos países periféricos deve contar com poucas universidades e pesquisa, seguidas por universidades de formação profissional de quatro anos, institutos isolados e centros vocacionais e/ou de formação técnica com duração de dois anos.” (OTRANTO, 2006, p. 20)

Pode-se observar que existem aspectos de continuidade e também de ruptura para quando comparamos as ações educacionais entre os governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. Todavia, no campo mudanças, destaca-se na expansão o papel do Estado na construção da educação como um direito da sociedade, ao contrário do esvaziamento do seu papel no período anterior pelas ações, como o PROEP, que delegavam as responsabilidades pela educação profissionalizante para a iniciativa privada.

O programa educacional, implantado a partir de 2003, consolidaram-se nas seguintes bases: Decreto 5154/04, a expansão dos CEFETs e a Lei 11.892/08 criando os Institutos Federais. O processo expansionista em análise, mesmo baseado em princípios economicistas e com fundamentação alinhada com as propostas educacionais para o desenvolvimento defendidas por órgãos internacionais, trata a educação como um direito social para o acesso à cidadania e transfere novamente para o Estado a responsabilidade e obrigatoriedade da oferta da educação profissionalizante gratuita e de qualidade, pois é inspirada no modelo dos CEFETs, ETFs e EAFs. Sendo assim, os Institutos Federais podem ser uma importante possibilidade de qualificar a educação profissional em nosso país, sobretudo abre a possibilidade de integração com a educação básica, através da modalidade do ensino médio

integrado, buscando a superação da dualidade existente entre as duas modalidades, construindo um currículo verdadeiramente integrado, auxiliando na superação das desigualdades sociais e regionais e tendo como objetivo a formação do indivíduo de forma ampla e não apenas para atender as necessidades do mercado do trabalho.

2.3 O contexto histórico da educação profissional no Espírito Santo e o processo de expansão

Segundo Sueth (2009), a história da educação profissional e tecnologia em terras capixabas começou em 1909, no Governo do Presidente Nilo Peçanha, sendo instalada na capital Vitória uma das primeiras 19 “Escolas de Aprendizes Artífices do Espírito Santo”. A principal missão era formar profissionais artesãos, focados no trabalho manual, objetivando o combate a ociosidade e a pobreza. Em 1937, passou a ser denominado “Liceu Industrial de Vitória”, quando assumiu o papel de formação de profissionais para a produção em série, porém com características artesanais.

Em 1940, no município de Santa Teresa, localizado na microrregião central serrana do estado, tem início o funcionamento da “Escola Prática de Agricultura”, que futuramente se tornaria membro da rede federal de educação profissional,

Sua origem data de 1940, quando foi criado pelo Decreto-Lei nº 12.147, de 06 de setembro, do Interventor Federal no Estado do Espírito Santo, João Punaro Bley. Foi inaugurada a 6 de setembro de 1941, sob a denominação de Escola Prática de Agricultura (EPA), com a finalidade de ministrar dois cursos práticos e intensivos, de um ano de duração, a trabalhadores rurais - Administrador de Fazenda e Prático Rural(...). (Extraído de <http://st.ifes.edu.br/index.php/o-campus>, em 14/02/16)

Em 1942, “Liceu Industrial de Vitória” passou a se chamar Escola Técnica de Vitória, sendo iniciado regime de internato, concomitantemente, com o externato, a partir da inauguração de alojamento, e a criação de novos cursos técnicos, por exemplo: alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas e tipografia.

Em 1949, surge na microrregião centro-oeste do Estado, a segunda escola de perfil técnico agrícola que, posteriormente, integraria a rede federal de ensino profissional, no distrito de Itapina, município de Colatina. Em 1953, surge a terceira escola, no distrito de Rive, município de Alegre, na microrregião do Caparaó capixaba.

Em 1965, já durante o regime militar, a então denominada Escola Técnica de Vitória, passou a adotar o nome de Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETEFES, ganhando papel ainda mais relevante durante esse período em que ocorreram grandes obras e se consolidava a necessidade do aumento da formação de trabalhadores no país.

Em 1979, os Colégios Agrícolas responsáveis, principalmente, pelo ensino técnico para o meio rural, através do Decreto 83.935, passam a ser denominados de “Escolas Agrotécnicas Federais – EAFs”. No Espírito Santo tem-se como exemplo deste caso as escolas de Santa Teresa, Colatina/Itapina e Alegre.

Em 1993, durante o Governo Itamar Franco, a cidade de Colatina ganharia mais uma unidade de ensino profissional, sendo instalada na área rural a primeira unidade de ensino da então denominada ETEFES fora da capital.

Em 1999, durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso, transformou-se a ETEFES em Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFET-ES, o que permitiu a possibilidade do desenvolvimento de pesquisa científica e atividades de extensão. Em 2001, ainda no mesmo governo, foi inaugurado a segunda Unidade de Ensino Descentralizada – Uned do CEFET-ES no município de Serra.

A partir de 2004, já durante o primeiro Governo Lula da Silva, o CEFET-ES torna-se uma instituição de ensino superior, através dos decretos 5.224 e 5.225, atualmente substituído

pelo 5.773/06.

Em 2005, já iniciando o processo de expansão da rede federal, foi inaugurada a terceira Uned do CEFET-ES, no município de Cachoeiro de Itapemirim, na região Sul do Espírito Santo. Em 2006, foram inauguradas mais duas unidades de ensino, sendo uma em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória, e a outra em São Mateus, na região Norte do Estado.

Em 2008, já no segundo Governo Lula da Silva, foram inauguradas as unidades de ensino nos municípios de Aracruz, Linhares e Nova Venécia. No final deste ano, através da Lei 11.892/08, foram criados os Institutos Federais. No Espírito Santo, ao contrário de outros estados da federação, optou pela união das quatro autarquias existentes em uma única instituição. Passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – IFES, o denominado o CEFET-ES e suas UNEDs e as Escolas Agrotécnicas Federais de Santa Teresa, Itapina e Alegre.

Em 2010, iniciaram o funcionamento os *campi* de Vila Velha, de Piúma, de Guarapari, de Venda Nova do Imigrante e de Ibatiba. Em 2013, já no primeiro governo Dilma Rouseff, dentro da terceira fase da expansão da rede federal, o campus Montanha e Barra de São Francisco iniciaram suas atividades letivas. Em 2014, foi a vez do campus Centro Serrano e, em 2015, foi inaugurado o campus Viana, totalizando 21 *campi* em funcionamento hoje no Espírito Santo.

Em fevereiro de 2016, em visita ao Espírito Santo, o Ministro da Educação Aloísio Mercadante anunciou a construção do vigésimo segundo campus do IFES, conforme se extrai de notícia vinculada na imprensa local “Uma nova unidade do IFESs também foi anunciada ontem pelo Ministro da Educação. O Município de Pedro Canário recebera a 22ª unidade capixaba. Ainda sem previsão para o início das obras” (Jornal “A Tribuna” - 27/02/2016 – Página 4)

2.4 Expansão no IFES: o caso do campus Ibatiba

A expansão e interiorização da Rede Federal foi refletida por meio do estudo de caso do processo de implantação do IFES- campus Ibatiba. O primeiro passo se constituiu por uma apresentação de informações que possibilitasse conhecer o contexto do município e da região em que essa nova unidade de ensino está inserida. Ao identificar características relacionadas aos aspectos históricos, sociais, geográficos, culturais, econômicos e político da região, construiu-se o ambiente para a compreensão da expansão da rede federal e as interações e conexões desse processo com a realidade local.

Para a construção dessas reflexões, juntamente aos outros procedimentos, foi feita uma articulação entre a revisão bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa institucional.

2.4.1 Aspectos históricos da formação da cidade

A História do atual município de Ibatiba se inicia ainda no início do século XIX, com um pequeno aglomerado de casas surgidas a partir da abertura da Estrada Real São Pedro de Alcântara, também conhecida como “Estrada Nova do Rubim”, construída por ordem do Governador da Capitania do Espírito Santo, Capitão Francisco Alberto Rubim. Inicialmente, algumas famílias de agricultores mineiros e fluminenses se instalaram na região. Segundo Quarto e Marcondi (2015), no final do século XIX, em função da construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, o vilarejo passou a se chamar “Villa do Rosário”. A partir de 1908 começaram a chegar os imigrantes libaneses ao então vilarejo. Em 1918, passou a condição de distrito do município de Rio Pardo (atual Iúna).

Em 1943, durante o período do Estado Novo, do Presidente Vargas, o Governador do Espírito Santo e interventor federal, João Punaro Bley, assina o Decreto-Lei 15.177, modificando o nome de “Distrito de Rosário” para Ibatiba. Nesse momento, o município sede de Rio Pardo também passa a se chamar Iúna.

Durante a primeira metade do século XX, segundo Quarto e Marcondi (2015), surgiu o movimento tropeiro na região, que consistia em um grupo de homens de negócios que compravam e vendiam produtos utilizando tropa de mulas para permitir a circulação de mercadorias na região. O comércio ocorria com mais frequência nas regiões: Vila do Rio Pardo (Iúna), Manhumirim, Castelo e Siqueira Campos (atual município de Guaçuí). O grupo transportava para comercialização fumo e toucinho, posteriormente, o café e levavam para Rosário querosene, sal e açúcar, depois tecidos e calçados. A Geografia da região, de aspecto montanhoso, dificultava bastante o trabalho dos tropeiros. A alimentação baseada no conhecido hoje como “feijão tropeiro”, pela “sustância” do prato e pela menor dificuldade de preparo em condições com pouca infraestrutura.

No final da década de 1960, foi inaugurada a rodovia federal, ligando a capital mineira à capital capixaba. As obras foram acompanhadas de perto pelo então Ministro dos Transportes, Mario Andreazza, inclusive com visitas periódicas às obras. Quando inaugurada, essa rodovia passa a “cortar” Ibatiba e modificara bastante as características do então distrito:

No fim da década de 1940 chegou a notícia de que uma nova rodovia federal seria construída e cortaria a região, passando por Ibatiba. Mas somente na década de 1950 foram feitas as primeiras demarcações da nova rodovia, e mais tarde, em 1963, foram iniciadas as obras de construção. E em 1969 inaugurou-se a BR-262”. (Site www.ibatiba.es.gov.br, extraído em 11/02/2016)

Durante a década de 1970, principalmente em função da rodovia, o distrito passou a receber muitos migrantes e a ampliar as suas atividades comerciais em função da maior facilidade de acesso aos produtos. Essas questões estimularam o início das discussões sobre a emancipação política em relação à Iúna.

“...criou-se, na década de 70, um movimento pró-emancipação, a partir do qual a população de Ibatiba sagrou-se vitoriosa, garantindo, pela Lei nº 3.430, o desmembramento da região em relação ao município de Iúna, e a criação do município de Ibatiba em 7 de novembro de 1981, com sua instalação datada de 31 de janeiro de 1983” (Site www.ibatiba.es.gov.br, extraído em 11/02/2016)

Desde a emancipação política, em 1983, Ibatiba foi governada por apenas 4 prefeitos: O Sr. José Alcure de Oliveira, foi o primeiro prefeito do município e ocupou o cargo por quatro vezes, sendo os seguintes mandatos: 1983 a 1988; 1993 a 1996; 2005 a 2008; e 2012 a 2016 (ainda em exercício), atualmente com 79 anos. Também exerceu mandato de prefeito Sr. Soniter Miranda Saraiva, por 2 mandatos: 1989 a 1992 e 2001 a 2004. O Sr. Leondines Alves Moreno, entre 1997 a 2000, e o Dr. Lindon Jhonson Arruda Pereira, entre 2009 e 2012, completando o grupo de prefeitos que administraram a cidade.

Em 2007, segundo Quarto e Marcondi (2015), ocorreu um acontecimento bastante relevante para a preservação da história e a cultura ibatibense. A Sra. Jane Salomão Fadlalah, neste ano, fez a doação ao patrimônio municipal do casarão histórico, construído em 1918, que serviu de moradia para sua família, uma das primeiras a migrar para a antiga Vila do Rosário. O objetivo dessa ação seria a reforma e a instalação de um espaço para a preservação da memória e do patrimônio histórico deixado pelos primeiros moradores do vilarejo. A restauração completa foi feita pelo município em parceria com o Governo do Estado e, em 2011, o então governador do Estado, Renato Casagrande, com o então Prefeito, Dr. Lindon Jhonson Arruda Pereira, promoveram a inauguração do “Museu do Tropeiro” e da “Casa da Cultura Salomão José Fadlalah”, com projeto elaborado pela equipe de patrimônio Secretaria

de Estado da Cultura. A cidade, a partir de então, passou a contar com mais um atrativo turístico para incentivar a vinda de novos visitantes.

Em 2007, também houve a criação da Associação Gestora do Turismo Rural de Ibatiba – GETURI, que fortaleceu o desenvolvimento do turismo em Ibatiba, responsável pela gestão do Circuito Turístico “Caminhos dos Tropeiros”. Em 2011, também objetivando incrementar o turismo na região, foi inaugurado as margens da BR 262 na área urbana da cidade, o “Monumento aos Tropeiros”, imagem de bronze simbolizando uma “tropa” de animais transportando mercadorias. O jornal “Folha de Vitória”, na edição de 20/09/2012, publicou a matéria sobre Ibatiba, inclusive divulgando a Festa “Maior Feijão Tropeiro do Mundo” que ocorreu naquele ano:

“Às margens da BR-262 cresceu o município de Ibatiba. Hoje, quem está de passagem, encontra logo o Monumento ao Tropeiro fincado na rodovia. Um marco e uma homenagem a cultura e a tradição tropeira tão preservadas e valorizadas no município. É em torno disso que o turismo se movimenta através do Circuito Turístico Caminhos dos Tropeiros administrado pela GETURI – Associação Gestora do Turismo Rural de Ibatiba. Além do monumento, o município ainda tem o Museu do Tropeiro, a praça temática, muito de sua arquitetura rural preservada, o feijão tropeiro e a Festa do Maior Feijão Tropeiro do Mundo.”

www.folhavoria.com.br/entretenimento/blogs/elogoali/2012/12/circuito-turistico-caminhos-dos-tropeiros-ibatiba/, extraído em 12/02/2016)

Retornando a março de 2008, através da Lei nº 511, que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito José Alcure de Oliveira sancionou, autorizando o município a doar área de aproximadamente 23 mil metros quadrados no centro da cidade, onde funcionava a antiga sede do então denominado Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - DNER (hoje DNIT), para a construção de uma Unidade de Ensino Descentralizada – Uned do então denominado CEFET-ES. Essa ação demonstrou que as autoridades do município estavam atentas ao movimento de expansão da educação profissional e tecnológica já em curso no Governo Federal durante esse período.

Em março de 2009, já com a denominação de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes (transformação ocorrida em 29/12/2008 através da Lei Federal 11.892), é assinada pelo recém empossado Reitor do Ifes, Prof^o Denio Rebello Arantes, a ordem de serviço autorizando a empresa Mega Construtora Ltda a dar início às obras de construção da nova unidade de ensino. Nessa cerimônia estiveram presentes: o Prefeito Lindon Jonhson de Arruda Pereira, entre outras autoridades.

2.4.2 Aspectos geográficos e socioeconômicos do município

Ibatiba possui área limítrofe com os municípios de: Brejetuba, Muniz Freire, Iúna, Irupi e Lajinha-MG. Apresenta uma área absoluta de aproximadamente 240 km², com uma densidade demográfica (2009) de 84,77 hab/km² e uma altitude média de 740 metros acima do nível do mar. Está inserido na macrorregião Sul do Espírito Santo e na microrregião do Caparaó.

Segundo o censo do IBGE, o município possuía em 2010 uma população total de 22.366 habitantes, dentre os quais, 13.378 (59,81%) na área urbana e 8.988 (40,19%) na área rural. Segundo o Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, do Governo do Estado do Espírito Santo, o Produto Interno Bruto – PIB de Ibatiba no ano de 2007 foi assim distribuído: Primário – 25,6%, Secundário – 8,8% e o Terciário – 65,6%. Observa-se que o setor terciário municipal o principal gerador de receitas.

Todavia, segundo Cortes (2015), o setor de prestação de bens e serviços encontra-se atrelado totalmente à atividade agropecuária, principalmente o café, que de acordo com

estimativas dos órgãos públicos municipais representam, direta ou indiretamente, aproximadamente 90% do emprego e da renda dos ibatibenses. A dependência do setor terciário em relação à atividade cafeicultora é bastante elevada, sendo que o comércio da cidade tem um período de grande oferta de bens e mercadorias a partir do mês de março, justamente o período do início da colheita do café, aumentando a renda da população do município e região. Outras características, apontadas por este autor, são os fluxos populacionais, ocorrentes devido ao deslocamento de pessoas para Ibatiba, almejando adquirir bens comerciais ou serviços, sendo as principais cidades de origem as seguintes: Iúna, Lajinha/MG, Brejetuba, Irupi, Ibitirama, Muniz Freire e Durandé/MG. Os Ibatibenses também se deslocam em busca de bens e serviços, principalmente para: Iúna, Lajinha/MG, Venda Nova do Imigrante, Manhuaçu/MG e Vitória.

Ainda segundo Cortes (2015), o plano de desenvolvimento de longo prazo do governo estadual possui a previsão de alternativas para a migração de pessoas e recursos financeiros do interior do estado, reduzindo, assim, a primazia encontrada na região metropolitana da capital capixaba. Essa estratégia está pautada no estímulo para que o desenvolvimento econômico ocorra de forma mais bem distribuída pelo Espírito Santo.

Sobre os indicadores de desenvolvimento humano, em 2010, segundo o Atlas Brasil 2013 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Ibatiba possuía o índice de desenvolvimento humano municipal – IDH-M equivalente a 0,647, considerado muito ruim no cenário estadual, ocupando a 73ª posição, de um total de 78 municípios capixabas. Outro indicador, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, é o IFDM- Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Ibatiba atingiu em 2011 a marca de 0,6027, ficando na 75ª pior posição entre os municípios espírito santenses. Esta marca foi ligeiramente inferior a 0,6039 alcançada em 2010, quando Ibatiba ficou em 74ª colocação.

Portanto, estes são alguns elementos que permitem compreender um pouco do cenário social e econômico local. O Ifes campus Ibatiba interagiu em seu processo de implantação com essa conjuntura, dentro do contexto da expansão e interiorização da rede federal de educação profissional.

2.4.3 Os impactos do processo de implantação do campus Ibatiba

Estas reflexões foram construídas tomando por base os relatórios de gestão anual do campus Ibatiba nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014. Segundo esses documentos, foi possível fazer as seguintes análises:

2.4.3.1. Ingresso de alunos

Curso técnico integrado ao ensino médio: Nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, em 2011, ingressaram 80 alunos. Todas as vagas ofertadas nesse ano foram para ingresso no curso técnico em Meio Ambiente integrado ao ensino médio. Inscreveram-se no processo seletivo 237 candidatos, resultando uma relação de 2,96 candidatos por vaga. Foi identificada, nesse primeiro processo de seleção, a menor relação candidato/vaga do período 2011-2014. O relatório de gestão 2011 atribui, apesar da intensa divulgação do processo seletivo na região, esse número ao pouco conhecimento que a população da região tinha, naquele momento, da estrutura de ensino da Rede Federal de Educação Profissional. Os dados referentes à seleção do ensino médio integrado nos anos seguintes contribuíram para a consolidação dessa análise.

Segundo o relatório de gestão de 2012 foram ofertadas 64 novas vagas, com 336

candidatos inscritos no processo de seleção, resultando na relação de 5,25 candidatos por vaga, a maior do período analisado. Assim como no ano anterior, neste ano, todas as vagas ofertadas foram destinadas ao ingresso no curso técnico em Meio Ambiente, integrado ao ensino médio. Segundo o relatório, este fato ocorreu devido à ampliação da divulgação da seleção de alunos do campus, aumentando em aproximadamente 29,5% o número de inscritos na seleção de 2012, comparado-se ao ano anterior. Além disso, o relatório também atribui ao aumento da relação candidato/vaga a uma redução da oferta de vagas em relação a 2011 (que ofertou 80 vagas), em função da necessidade de acomodar os alunos ingressantes em 2011 que não conseguiram aprovação para o 2º ano do curso.

O relatório de gestão do ano 2013 revela que foram ofertadas 68 novas vagas, com 341 candidatos inscritos na seleção, resultando numa relação de 5,01 candidatos por vaga, mantendo indicadores bastante próximos do ano anterior. É importante ressaltar, que a partir deste ano, o campus passou a ofertar o seu segundo curso técnico. Portanto, em 2013, das 68 novas vagas ofertadas, 40 vagas foram destinadas ao curso técnico em Florestas, na modalidade ensino técnico integrado ao ensino médio, e outras 28 novas vagas para ingresso no curso técnico em Meio Ambiente, também na mesma modalidade.

Em 2014, o relatório de gestão respectivo, registrou a oferta de 62 novas vagas, com 301 candidatos inscritos na seleção, resultando numa relação de 4,85 candidatos por vaga, mantendo alguma proximidade com os indicadores de 2012 e 2013. Portanto, em 2014, das 62 novas vagas ofertadas, 32 vagas foram destinadas ao curso técnico em Florestas, na modalidade integrado ao ensino médio, e outras 30 novas vagas para ingresso no curso técnico em Meio Ambiente.

Curso técnico concomitante: Nos cursos técnicos concomitantes, segundo o relatório de gestão de 2011, ingressaram 40 alunos. Foram inscritos na seleção 134 candidatos, resultando uma relação de 4,6 candidatos por vaga. Ao contrário do que ocorreu com o curso técnico integrado ao ensino médio, na modalidade concomitante, o primeiro ano registrou os maiores indicadores de candidatos inscritos no processo de seleção, analisando-se o período entre 2011 e 2014.

Segundo o relatório de gestão de 2012, foram ofertadas 40 novas vagas, com 79 candidatos inscritos no processo de seleção, resultando na relação de 1,98 candidato por vaga, indicando grande redução em relação ao ano anterior.

O relatório de gestão do ano 2013 ressalta que foram ofertadas 36 novas vagas, com 39 candidatos inscritos, resultando numa relação de 1,08 candidato por vaga, mantendo a tendência de redução do número de inscritos no processo seletivo.

Em 2014, o relatório de gestão registrou a oferta de 40 novas vagas, com 21 candidatos inscritos, resultando numa relação de 0,52 candidato por vaga, atingindo o menor número de inscrições para o período em análise e, infelizmente, resultando no não preenchimento de 19 vagas ofertadas. Esse relatório de gestão sugere uma reflexão sobre os problemas enfrentados por essa modalidade de ensino ofertada.

Cursos Superiores: Até maio de 2016, não ocorreu a implantação de curso de nível superior no campus Ibatiba. No entanto, foram constituídas comissões técnicas visando à formulação de projetos de cursos, pensando na futura implantação devido à necessidade regional. Esses cursos em processo de construção dos projetos são: licenciatura em Geografia, licenciatura em Matemática e bacharelado em Engenharia Ambiental. Também está em análise, nas câmaras deliberativas internas do Instituto Federal, um projeto de curso de pós-graduação, em nível de especialização, denominado “Educação Ambiental e Sustentabilidade” para ser ministrado na modalidade presencial no campus.

2.4.3.2. Relação entre número de alunos e de professores

Segundo o relatório de gestão de 2011, o campus Ibatiba possuía 120 alunos matriculados e contava com 07 profissionais docentes, todos no regime de dedicação exclusiva, resultando numa relação de 17,14 alunos por professor (RAP).

No relatório de 2012, haviam 217 alunos matriculados e 16 professores no regime de dedicação exclusiva, resultando numa relação de 13,56 alunos por professor.

Analisando o relatório de 2013, foram registrados 238 alunos matriculados e 22 professores no regime de dedicação exclusiva, resultando numa relação de 10,81 alunos por professor.

Segundo o relatório de 2014, haviam 288 alunos matriculados e 28 professores em regime de dedicação exclusiva. São 10,28 alunos por professor.

Ao longo do período analisado, foi identificado uma progressiva redução da relação aluno por docente. Segundo o relatório de gestão de 2014, o fator determinante para essa diminuição tem sido o progressivo aumento do número de docentes desde o início do funcionamento desta unidade de ensino.

2.4.3.3. Discentes por gênero

Em 2011, o relatório de gestão apontou que de um total de 120 alunos matriculados, 53 alunos eram do sexo masculino, totalizando 44,16% do total. Neste contexto, 67 alunos eram do sexo feminino, atingindo 55,83% do total de alunos matriculados.

Segundo o relatório de gestão de 2012, de 217 alunos matriculados 97 alunos foram do sexo masculino totalizando 44,70% do total. Nesse contexto, 120 alunos eram do sexo feminino, atingindo 55,29% do total de alunos matriculados.

Sobre 2013, o relatório de gestão aponta para 238 alunos matriculados, 110 alunos eram do sexo masculino, totalizando 46,21% do total. Neste contexto, 128 alunos foram do sexo feminino, atingindo 53,79% do total de alunos matriculados.

No ano de 2014, o relatório registrou 288 alunos matriculados, 130 alunos foram do sexo masculino, totalizando 45,13% do total. Nesse contexto, 158 alunos eram do sexo feminino, atingindo 54,86% do total de alunos matriculados. Segundo o documento analisado, no período entre 2011 e 2014, ocorreram sutis oscilações na proporção entre alunos do sexo masculino e feminino. Porém, o texto ressalta que, ao longo do período, os alunos do sexo feminino sempre estiveram presentes em maior número nesta unidade de ensino analisada.

2.4.3.4. Discentes por faixa etária

Em 2011, segundo informações do relatório de gestão, a faixa etária com maior número de alunos foi entre 15 e 17 anos, representando 65,83% do total de alunos matriculados, em números absolutos seriam 79 discentes. A segunda faixa com maior número de alunos foi entre 18 e 19 anos, com 20,83% dos alunos matriculados, totalizando 25 alunos. É importante registrar que houve apenas 1 aluno, 0,83% do total, na faixa etária entre 40 e 49 anos e nenhum aluno acima dos 50 anos.

Segundo o relatório de gestão de 2012, a faixa etária com maior número de alunos foi entre 15 e 17 anos, representando 71,88% do total de alunos matriculados, em números absolutos seriam 156 discentes. A segunda faixa com maior número de alunos foi, novamente, entre 18 e 19 anos, com 13,82% dos alunos matriculados, totalizando 30 alunos. É importante registrar que houve apenas 1 aluno, 0,46% do total, na faixa etária entre 40 e 49 anos e nenhum aluno acima dos 50 anos.

O relatório de gestão de 2013 nos informa que a faixa etária com maior número de alunos continuou sendo entre 15 e 17 anos, representando 68,06% do total de alunos matriculados, em números absolutos seriam 162 discentes. A segunda faixa com maior número de alunos foi entre 18 e 19 anos, com 20,16% dos alunos matriculados, totalizando 48 alunos. Registra-se também que houve apenas 2 alunos, 0,84% do total, na faixa etária entre 40 e 49 anos e nenhum aluno matriculado acima dos 50 anos.

Em 2014, o relatório nos informa que, pelo quarto ano consecutivo, a faixa etária com maior número de alunos foi entre 15 e 17 anos, representando 54,16% do total de alunos matriculados, em números absolutos seriam 156 discentes. A segunda faixa com maior número de alunos foi, também pela quarta vez consecutiva, entre 18 e 19 anos, com 22,56% dos alunos matriculados, totalizando 65 alunos. Novamente, houve apenas 2 alunos, 0,69% do total, na faixa etária entre 40 e 49 anos e nenhum aluno matriculado acima dos 50 anos.

Analisando o período entre 2011 e 2014, foi observado o ingresso de alunos jovens, com idade principalmente entre 15 a 19 anos. Chamou a atenção também, o pequeno número de alunos matriculados acima dos 40 anos.

2.4.3.5. Discentes por procedência – Meio rural e meio urbano

Em 2011, segundo o relatório de gestão, dos 120 alunos matriculados, 75,83% se declararam residentes em área urbana. Em números absolutos, seriam 91 discentes. Outros 29 alunos declararam-se residentes em área rural, atingindo 24,16% do total.

Segundo o relatório de 2012, dos 217 alunos matriculados, 76,95% se declararam residentes em área urbana. Em números absolutos, seriam 167 discentes. Outros 50 alunos se declararam residentes em área rural, atingindo 23,04% do total.

O relatório de 2013 aponta que dos 238 alunos matriculados 75,21% se afirmaram serem residentes em área urbana. Em números absolutos, seriam 179 discentes. Outros 59 alunos, afirmaram ser residentes em área rural, atingindo 24,78% do total.

Em 2014, também segundo o relatório de gestão, dos 288 alunos matriculados, 77,08% afirmaram serem residentes em área urbana. Em números absolutos, seriam 222 discentes. Outros 66 alunos se declararam residentes em área rural, atingindo 22,91% do total.

Ao longo do período entre 2011 e 2014, ocorreram poucas variações na proporção dos alunos que afirmaram ser oriundos das áreas urbana e rural.

2.4.3.6. Discentes por procedência escolar – público ou privados

Segundo os relatórios de gestão do campus, em 2011, 90% dos alunos ingressantes no campus declararam ser oriundos de escolas públicas de ensino fundamental e 10% de instituições privadas. Em 2012, a proporção se modificou pouco, se mantendo em 90,32% para a origem na rede pública e 9,67% na rede privada.

Em 2013, ocorreu um expressivo aumento da participação da rede privada no total dos alunos ingressantes, atingindo 15,96%. A rede pública ocupou 84,45% das novas vagas ofertadas. Em 2014, ocorreu uma pequena queda no acesso de alunos oriundos de escolas privadas, totalizaram 13,54% e aqueles oriundos de escolas públicas totalizaram 86,45% do total de novos ingressantes.

Sobre o período entre 2011 e 2014, analisando-se o conjunto, foi observado um crescente aumento do ingresso de alunos oriundos de instituições privadas de ensino. Comparando o ano 2011 com 2014, o aumento foi superior a 35,5%. Consequentemente, ocorreu a redução proporcional do número de alunos oriundos de escolas das redes públicas.

2.4.3.7. Discentes por etnia

Segundo dados dos relatórios de gestão, em 2011, a composição dos alunos ingressantes por etnia através da autodeclaração foi: declararam-se brancos 59,16%; negros 8,33%; pardos 30,83%; amarelo nenhum e indígena 1,66%.

Em 2012, a composição dos alunos ingressantes por etnia apresenta as seguintes declarações : brancos 65,89%; negros 4,60%; pardos 28,57%; amarelo nenhum e indígena 0,92%.

Em 2013, a composição dos alunos ingressantes por etnia revela que : declararam-se brancos 64,70%; declararam-se negros 4,02%; declararam-se pardos 30,25%; amarelo nenhuma autodeclaração e indígena apenas 0,84%.

Em 2014, a composição dos alunos ingressantes por etnia apresenta as declarações: : brancos 60,41%; negros 5,55%; pardos 31,59%; amarelo 1,38% e indígena 1,04%.

É importante ressaltar o possível impacto da implantação da lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata da instituição de cotas para o ingresso de alunos na rede federal de ensino técnico e superior. Em 2013, já ocorre uma sutil redução do número de brancos (64,70%), comparado-se ao ano 2012 (65,89%). Porém, em 2014 esta redução do número de brancos ingressantes ocorre de forma mais acentuada, caindo para 60,41% do total, sendo que paralelamente ocorreu uma ampliação do número de alunos ingressantes que se autodeclararam como negros, pardos, amarelos e indígenas.

2.4.3.8. Discentes por faixa de renda familiar

Segundo os relatórios de gestão, em 2011, 42,5% dos alunos ingressantes tinham renda familiar per capita inferior ou igual a 0,5 salário-mínimo. Na faixa de renda entre 0,5 até 1 salário-mínimo per capita estão 29,16% e na faixa entre 1 até 1,5 salário-mínimo estão 10,83% dos alunos. Nenhum aluno foi registrado com renda per capita superior a 2,5 salários por membro da família.

Em 2012, 44,23% dos alunos ingressantes tinham renda familiar per capita inferior ou igual a 0,5 salário-mínimo. Na faixa de renda entre 0,5 até 1 salário-mínimo per capita estão 34,1% e na faixa entre 1 até 1,5 salário-mínimo estão 16,12% dos alunos. Nenhum aluno foi registrado com renda per capita superior a 3 salários por membro da família.

Em 2013, 44,53% dos alunos ingressantes tinham renda familiar per capita inferior ou igual a 0,5 salário-mínimo. Na faixa de renda entre 0,5 até 1 salário-mínimo per capita estão 31,93% e na faixa entre 1 até 1,5 salário-mínimo estão 15,12% dos alunos. Nenhum aluno foi registrado com renda per capita superior a 4 salários por membro da família.

Em 2014, 58,33% dos alunos ingressantes tinham renda familiar per capita inferior ou igual a 0,5 salário-mínimo. Na faixa de renda entre 0,5 até 1 salário-mínimo per capita estão 26,04%. Na faixa entre 1 até 1,5 salário-mínimo estão 5,94% dos alunos e entre 1,5 até 2,5 salário-mínimo estão 5,55% dos alunos. Nenhum aluno foi registrado com renda per capita superior a 5 salários por membro da família.

Deve-se ressaltar os possíveis impactos da implantação da lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata da instituição de cotas para o ingresso de alunos na rede federal de ensino técnico e superior. Em 2013, ocorreu sutil aumento no número de alunos da faixa de renda familiar per capita de até 0,5 salário-mínimo, todavia, em 2014, esse aumento ocorre de forma muito mais intensa, atingindo 58,33% dos alunos do campus situado nessa faixa de renda.

Outro aspecto importante a ser refletido é o fato de que em 2011 não foi declarado aluno com renda per capita superior a 2,5 salários-mínimos. Em 2012 esse limite subiu para 3 salários-mínimos. Em 2013, o limite era na faixa de até 4 salários-mínimos. Em 2014 esse

limite aumentou para a faixa de 5 salários-mínimos.

A partir da análise desses dados socioeconômicos dos alunos, ingressantes nos quatro primeiros anos de funcionamento dessa unidade de ensino, foi possível perceber que a escola atende a um público majoritariamente das classes sociais menos favorecidas economicamente. Esse contexto gera intensa demanda pelas políticas de assistência estudantil, ofertadas pelo serviço social conforme consta nos relatórios de gestão. Essa política visa garantir a permanência e o combate à evasão escolar.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS IMPACTOS DA EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A DESCENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE

3.1 Os impactos da expansão da rede federal de educação profissional e a descentralização da oferta de educação pública e de qualidade

Desde o período inicial das obras para a construção da nova unidade de ensino, a região já sentiu os impactos dessa ação. No primeiro momento, a geração de empregos na construção civil, uma vez que a empresa vencedora do processo de licitação necessitava de mão de obra regional para encaminhar essa empreitada. Simultaneamente, o comércio também foi impactado, pois, iniciou o fornecimento de materiais de construção, uniformes para os operários, equipamentos de segurança, alimentação, entre outras questões.

Para o início das atividades letivas em fevereiro de 2011, foi necessário a convocação, por concurso público, de servidores técnicos administrativos e docentes efetivos, ocasionando a chegada de novos moradores para a região com elevado grau de escolarização e com bom nível geral de renda, principalmente se comparando as médias salariais da região. Constatou-se que o número de servidores oriundo da região foi pequeno, sendo ligeiramente superior entre os servidores técnicos administrativos de nível C e D (médio e médio técnico) do plano de carreira. A chegada de servidores “estrangeiros”, em sua maioria, oriundos das cidades de Vitória, Colatina e Alegre e dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, trouxeram alguns impactos para a região. Conforme Cortes (2015), esses servidores dinamizaram alguns setores da economia, principalmente na prestação de serviços, sendo um dos principais o de locação de imóveis para moradia, além de lojas de móveis e eletrodomésticos, serviços de internet, alimentação, vestuário, entre outros. Este autor também identificou aumento na construção de novos prédios residenciais na área urbana visando à atividade de locação. Ibatiba e a região sempre se caracterizaram pela migração de pessoas em direção a centros urbanos maiores e normalmente trabalhadores com baixo nível de qualificação profissional, buscando melhorar as condições de vida através da busca de melhores empregos. Porém, com a chegada do IFES, inicia-se um processo inverso, migra para a região trabalhadores do serviço público com elevado nível de qualificação profissional e acadêmica. Em 2014, o campus Ibatiba já possuía 28 docentes/pesquisadores efetivos, com formação de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, atuando em regime de dedicação exclusiva ao Instituto Federal do Espírito Santo.

Para o início do funcionamento em 2011, também, foi necessária a contratação de empresas prestadoras de serviços terceirizados nas áreas de vigilância e de limpeza, manutenção e conservação. Essas empresas prestadoras desses serviços efetuaram a contratação da maior parte da sua mão de obra no município de Ibatiba. Ao contrário do quadro de servidores efetivos que se submeteram a concursos públicos, os servidores das empresas terceirizadas a presença de trabalhadores e trabalhadoras do município constitui quase a totalidade do grupo, uma vez que a média de escolarização dos moradores da região é baixa e a seleção era feita através de entrevista. Outro fator importante é que os postos de trabalho ofertados por essas empresas não exigiam elevados níveis de qualificação técnica.

Sobre os alunos ingressantes no período entre 2011 e 2014, os dados dos relatórios de gestão do campus nos permitem extrair as seguintes informações e análises:

No item “alunos por etnia”, maioria dos discentes se autodeclararam como brancos ou

pardos. Observou-se também um aumento gradual de discentes se autodeclarando negros, pardos, amarelos e indígenas ao longo do período analisado.

Em “alunos de acordo com a renda familiar”, identificou-se em primeiro lugar em todos os anos analisados os alunos situados na faixa renda per capita menor ou igual a meio salário-mínimo. Em segundo lugar, sempre a faixa de renda entre meio salário-mínimo e um salário-mínimo. Isso nos permite concluir que o campus atende discentes situados nas camadas mais pobres da população da região.

No tópico “alunos por procedência escolar – público ou privado”, percebemos que ao longo do período sempre acima de 85% dos novos alunos matriculados eram oriundos de escolas públicas.

Em “alunos por procedência escolar – área rural ou urbana”, identificou-se que a autodeclaração de origem na área urbana é predominante, porém, os alunos oriundos do meio rural representam expressiva média durante o período de 23,72% do total dos alunos matriculados.

No item “alunos por faixa etária”, observou-se que a maioria dos alunos matriculados no período estão na faixa etária entre 15 e 19 anos de idade, caracterizando uma forte presença de jovens no corpo discente.

No tópico “alunos por gênero”, identificou-se ao longo do período entre 2011 e 2014, que as matrículas de alunos do sexo feminino sempre foram numericamente maiores, com média de 54,94% do total de matrículas efetuadas durante esse período.

A partir da identificação do perfil dos discentes, compreende-se que no campus Ibatiba a política de assistência estudantil cumpre um papel ainda mais destacado, contribuindo de forma decisiva no combate à evasão escolar e para garantir a permanência do aluno oriundo das camadas mais pobres através da concessão dos auxílios estudantis nas seguintes áreas: alimentação, transporte, moradia, material didático e uniforme. A presença de alunos com esse perfil aumentou especialmente após a promulgação da Lei 12.711 de 29/08/2012, popularmente conhecida como a “lei de cotas”, que regulamentou as “cotas sociais e raciais” para ingresso nos Institutos e Universidades Federais.

Outro levantamento de fundamental importância foi feito pelo Núcleo de Gestão Pedagógica da escola, que constatou que mais de 60% dos formandos da turma 2015 do curso técnico em Meio Ambiente, integrado ao ensino médio, conseguiram aprovação em cursos superiores de graduação em Universidades Públicas. Esse será um importante impacto a médio e longo prazo para Ibatiba e região.

Considera-se que, apesar de o campus Ibatiba ainda não ter implantado os cursos superiores, existe grande expectativa da população local em relação à essa implantação. Essa ação representará um marco na história da cidade, que ainda não dispõe de nenhum curso de graduação funcionando de forma presencial no município, havendo necessidade de deslocamentos para outras cidades, visando acesso a cursos de graduação presenciais ou utilização da alternativa dos cursos na modalidade à distância.

Essa unidade de ensino tem transformado a realidade local desde sua implantação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de Ibatiba e região.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGEBAILLE, Eveline B. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos.** Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ALVES, Nilda. **Juventudes e inserção profissional.** Lisboa: Educa & Ui&DCE, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** A sociedade em rede. 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 2005. 1v.

CIAVATTA, Maria F. **Formação profissional nos anos 90: uma questão fora de foco.** In: LEITE, Márcia P. NEVES, Magda A.(orgs) Trabalho, qualificação e formação profissional. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

CORTES, Aramis. **As interações espaciais e terciárias sob a ótica de implantação de um campus do Ifes:** Um estudo de caso sobre o município de Ibatiba. In: OLMO, Francisco José V. CORTES, Aramis. SILVA, R.V. da (Orgs). Projetos Educacionais aplicados ao Ensino Técnico e Tecnológico em Meio Ambiente e Florestas. 1ª ed. Duque de Caxias. Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2015

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** 2ªed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CURY, Carlos Alberto J. **LDB: lei de diretrizes e bases da educação – Lei 9394/96.** 5ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra,1996.

FREITAG, Barbara. **Escola, estado & sociedade.** 7ªed. São Paulo: Centauro, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação profissional e capitalismo dependente: o enigma da falta e sobra de profissionais qualificados.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 5. Rio de Janeiro, 2008, p. 521-536.

_____. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica.** Educação e Sociedade, Campinas, vol 28, n. 100 – Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

_____. **Educação e a crise do capitalismo real.** 5 ed. São Paulo, Cortez, 2003.

_____. **A produtividade da escola improdutiva:** um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 6. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. CIAVATTA, Maria RAMOS, Marise. (orgs.) **O ensino médio integrado. Concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005

_____. CIAVATTA, Maria RAMOS, Marise. **A política educacional profissional no governo Lula: um percurso histórico comprometido**. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial – Out, 2005 a. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em 13 de novembro de 2015.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Nilson José. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração**. **Holos**, Revista Eletrônica do Cefet-RN, v. 2, n. 23, p.4-30, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS>>. Acessado em: 12 nov. de 2015.

OTRANTO, Célia R. **Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs**. Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ). Ano I, nº 1, jan-jan 2010. P. 89-110.

QUARTO, Sattuth Alcure; MARCONDI, Roberto Carlos Scardino Justo. **Do Rosário a Ibatiba**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2015.

SAMPIERI, Roberto Hernandez. **Metodologia da Pesquisa**. Tradução: Fátima Conceição Mirad. 3ª Ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação – LDB: trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SILVA, Caetana Juracy Rezende. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

SILVA, Edna Lúcia Da; ESTERA, Muszkat Menezes. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3ª ed. rev. atual. Florianópolis SC. Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SUETH, José Candido Rifan. **A Trajetória de 100 anos dos eternos titãs: da Escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal**. Vitória, ES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2009.

VIEIRA, Gisele Cristina. **Políticas públicas de transferência de renda e seus impactos no comércio local: Programa bolsa família no município de Ibatiba/ES**. Resende, RJ. X SEGeT. Simpósio de excelência em Gestão e Tecnologia. 2013. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos13/29918358.pdf/>>. Acesso em 22 out. 2015.

COSTA, Aline Moraes da. **Educação Profissional e interiorização: o caso de Volta Redonda como expressão do nacional**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

VIEIRA, Gisele Cristina. **Políticas públicas de transferência de renda e seus impactos no comércio local**: Programa bolsa família no município de Ibatiba/ES. 2013. 97f. Monografia. Faculdades Unificadas de Iúna, Iúna, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 2.406**, de 26 de novembro de 1997. Regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, e dá outras providências. Diário Oficial da União de 28 de nov de 1997.

_____. **Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União de 26 de jul de 2004

_____. **Lei 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 4 de jul de 1978.

_____. **Lei 83.935, de 04 de setembro de 1979**. Dispões sobre a transformação de diversos Colégios Agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais. Diário Oficial da União de 05 de set de 1979

_____. **Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. Diário Oficial da União de 9 de dez de 1994.

_____. **Lei nº 9.394 de 22 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União de 23 de dez de 1996.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Diário Oficial da União de 29 de dez de 2008.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União de 30 de ago de 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Resolução CNE/CEB nº 04/99**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, 1999.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Projeto do Curso Técnico em Meio Ambiente Integrado ao Ensino Médio**. Ibatiba, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio**: documento base. Brasília: MEC, SETEC, 2007.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. 7ª ed. Brasília: MEC, SETEC, 2008.

Endereços eletrônicos:

Apresentação do Circuito Turístico Caminhos dos Tropeiros. Notícia de 20 dezembro de 2012. Disponível em:

<<http://www.folhavoria.com.br/entreterimento/blogs/elogoali/2012/12/circuito-turistico-caminhos-dos-tropeiros-ibatiba/>>. Acessado em 16 de outubro de 2015.

Discurso de campanha de 2006 . Luís Inácio da Silva (Lula), no dia 11 de junho de 2006. Disponível no site <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79910.html> acessado em 06 de outubro de 2015.

Expansão da Rede Federal. <http://www.redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>

Federação das Industrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN. <http://www.firjan.org.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. <http://www.ibge.gov.br>

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN. <http://www.ipes.es.gov.br>

Instituto Federal do Espírito Santo – IFES. <http://www.ifes.edu.br>

Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais – INEP. <http://www.inep.gov.br>

Prefeitura Municipal de Ibatiba – PMI. <http://www.ibatiba.es.gov.br>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. <http://www.pnud.org.br>